

BOLETIM 04

A REALIDADE LOCAL PÓS-CORONA VÍRUS: NOVOS DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL¹

Ainda não conhecemos a profundidade e a duração da crise econômica trazida pela pandemia. Sabese apenas que será das mais graves da história. Embora sob muita incerteza, as consequências da crise serão sentidas em todos os setores da economia. O mundo pós corona vírus será diferente. Não retornaremos à realidade anterior à vivenciada com a proliferação do Covid-19.

O cidadão vive na cidade. É lá que ele mora, estuda, se relaciona, consome, produz. Assim, a crise será vivenciada de forma mais intensa nas cidades. A dinâmica das economias locais e regionais deverão ser fortemente afetadas e as desigualdades mais acentuadas.

Um dos impactos mais prejudiciais da crise é a formação de armadilhas locais de pobreza. A decretação de falência de algumas empresas e o encerramento ou redução de atividades de outras, contribuem ainda mais com o crescente índice de desemprego nas cidades brasileiras, com drásticas consequências na circulação de

renda e disponibilização de recursos nas diversas regiões do país.

Inicialmente, apenas as capitais e cidades da região metropolitana tinham registros de casos da Covid-19. Porém, a do interiorização vírus avançou rapidamente, e cidades menores apresentaram os primeiros casos de contaminação. No estado de São Paulo, 80% das cidades possuem menos de 20 mil habitantes. As medidas de restrição de mobilidade em razão da chegada do corona vírus, afetarão sobremaneira a desses municípios, economia enfraquecida e dependente de recursos públicos.

Desta forma, os municípios têm grandes desafios pela frente. A retração da economia já produz efeitos diretos nos cofres municipais, com acentuada redução na arrecadação tributária. A queda de recursos prejudica a oferta de serviços públicos e afeta negativamente a manutenção da infraestrutura local. Os efeitos acabam se alastrando pela economia.

Para evitar este ciclo vicioso é urgente a coesão dos agentes econômicos locais, públicos e privados,

¹ **Artigo escrito por:** Andréia Crocamo – Especialista em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial e Alexandre Freitas – Professor de Desenvolvimento Econômico PPGER/UFRRJ.



possibilitando assim a conexão de recursos, alinhamento de estratégias e ampliação dos impactos das ações para a reconstrução da economia local. A agenda imediata de curto prazo deverá prescrever medidas direcionadas ao planejamento da retomada econômica decorrente da crise, com foco no apoio às empresas existentes e reestruturação do ambiente de negócios, considerando as especificidades de cada município.

Após as ações de caráter mais emergencial, é fundamental criar um plano de desenvolvimento local que aponte para o futuro e proponha mudanças na direção da diversificação da matriz econômica, seja por meio do fomento às atividades locais, seja pela atração de novos negócios. Deve-se buscar uma economia mais resiliente e de maior valor agregado, considerando potencialidades e vocações socioeconômicas dos territórios.

A atração de novos negócios dependerá muito vantagens das competitivas que a estrutura de negócios local oferece. Excluindo as regiões que possuem recursos naturais que, por si só, já representam vantagens comparativas para o exercício de certas atividades, as demais localidades deverão criar políticas para atuar em gargalos estruturais do ambiente de negócios, fortalecimento do sistema produtivo e potencial exploração do desenvolvimento local que servirão tanto para atrair empresas, como para ampliar as existentes.

Uma boa infraestrutura em termos de estradas, fornecimento de energia e telecomunicações, acesso à tecnologia e centros de pesquisa, disponibilidade de serviços em geral (bancários, saúde e educação), administração pública eficiente e uma relação entre tributos e benefícios fiscais é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de qualquer cidade.

Uma visão muito disseminada entre agentes de desenvolvimento local é a atração de grandes empreendimentos. Nem sempre esta é uma solução sustentável para a localidade. Dependendo das negociações envolvidas no processo, a economia pode se beneficiar muito pouco em termos de emprego, de renda e de receitas tributárias.

Por um lado, a nova empresa pode ter um papel estratégico e ser uma âncora para atração de outras empresas e criação de uma cadeia produtiva regional, que também envolva empresas já instaladas na região. Por outro, o impacto econômico local pode ser menor que o previsto, com "vazamento" de empregos e renda para outros municípios.

Mas é preciso que os agentes locais estejam atentos, pois no afã de atrair novas empresas, a economia local pode ser deixada de lado. O cuidado com as empresas já existentes pode ser ofuscado. Os empresários locais, em geral, são mais comprometidos com a economia local. São moradores cuja qualidade de vida depende das condições



oferecidas pela própria região. Por isso devem ser sempre bem cultivados. Logo, é preciso estimular permanentemente as empresas já existentes visando melhorar sua produtividade de forma que, tornando-se mais competitivas, possam capturar oportunidades da economia do município ou da região.

Trata-se de fomentar uma mudança na base produtiva local na direção de atividades de maior valor agregado, que gerem mais empregos e renda. Primeiramente deve-se fazer um diagnóstico da estrutura produtiva local, que analise as empresas dos setores industrial, comércio, serviços e, embora por vezes pouco valorizadas, agropecuário. Em seguida, avaliar os gargalos existentes, seja por setor ou na cadeia produtiva como um todo. Por fim, num processo que envolva agentes públicos locais, representantes iniciativa privada e outros atores importantes, como universidades ou instituições tecnológicas por exemplo, possa elaborar uma agenda positiva com estratégias e medidas para desenvolvimento da localidade.

O setor público tem papel decisivo na construção da agenda local. Em geral, as prefeituras não possuem uma situação financeira confortável. A crise econômica que atravessamos já apresenta reflexos negativos na arrecadação de diversos municípios brasileiros, piorando ainda mais a saúde financeira das cidades. Porém, o poder público dispõe de alguns instrumentos que são pouco utilizados.

O governo, seja ele nacional, estadual ou municipal, é sempre um agente econômico cuja demanda representa uma parcela considerável da economia. As prefeituras representam frequentemente a maior fonte de renda e emprego do município. O impacto dos gastos realizado pelos serviços públicos de todas as esferas na região compõe um grande volume de recursos que podem servir para alavancar a economia local.

O uso do poder de compra importante público pode ser um instrumento de dinamização de demanda municípios estagnados em economicamente. A Lei Complementar 123/06, conhecida como Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, prevê mecanismos que garantem tratamento diferenciado para pequenos empreendimentos estabelecidos na região. Ao aplicar o disposto legislação, a prefeitura induzirá um ciclo de dinamismo econômico, com geração de emprego e renda, ampliação de transações comerciais e circulação de divisas, com efeito multiplicador aos negócios estabelecidos na localidade. O crescimento econômico e aumento de lucro das empresas contribui para o aumento da arrecadação e para a melhora da oferta dos servicos públicos e atendimento às necessidades da população.

Um exemplo simples pode ser esclarecedor. A Lei no 11.947/2008 determina que, no mínimo 30% dos produtos utilizados na merenda escolar, devem ser adquiridos da agricultura



familiar. Apesar da existência desse dispositivo legal, muitas prefeituras não cumprem esse percentual. Em muitos municípios existem unidades de agricultura familiar e/ou pequenos agricultores cuja produção é voltada para o abastecimento da economia local. Suas culturas, em geral, utilizam pouco agrotóxico e sua oferta é muito variada. A renda que ganham da venda de sua produção é gasta no comércio local, contribuindo assim com a ativação da economia regional.

Mas as compras públicas podem contribuir ainda mais para o desenvolvimento local. A introdução de contrapartidas por parte de fornecedores de determinados produtos e serviços pode desenvolver a competitividade empresarial e estimular a base produtiva

local a realizar atividades de maior valor agregado. Medidas como a adoção de exigências de melhor qualidade dos produtos, o uso de novos métodos de produção e de técnicas agrícolas que gerem maior produtividade e de maior eficiência nos serviços prestados, entre outras, estimulam a competitividade das empresas locais.

Não há que termos ilusões. Todos os envolvidos com o processo de desenvolvimento econômico deverão fazer um grande esforço de repensar suas realidades locais. Este processo deverá envolver a elaboração de uma estratégia regional que contribua para superar a crise de curto prazo, mas que contenha as sementes de um novo futuro econômico para sua cidade.